

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF(IM) VIVIANE COSTA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA CHINESA NO BRASIL NO SÉCULO 21:
Uma análise à luz da interdependência complexa.**

Rio de Janeiro

2024

CF(IM) VIVIANE COSTA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA CHINESA NO BRASIL NO SÉCULO 21:
Uma análise à luz da interdependência complexa.**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Miguel Henrique
Alexandre Dias Alves

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, princípio e fim de todas as coisas, por iluminar o meu caminho e por me conceder força, saúde e serenidade ao longo da jornada.

À minha família, especialmente à minha mãe, por acreditar no valor dos estudos e por sua dedicação incondicional, incentivando-me a seguir com perseverança nesta caminhada.

Aos colegas da turma C-EMOS 2024, pelo convívio cordial e respeitoso. Em especial, à Bianca, Fernanda, Karine e Pauleniza pela amizade e companheirismo ao longo do curso. Ao Laprovita e ao Ramos que compartilharam essa derrota, desde a preparação para o exame de seleção.

Aos colegas de turma do Corpo Auxiliar Feminino-1996, da turma Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca e da turma Almirante Luiz Leal Ferreira, por fazerem parte da minha formação e aperfeiçoamento naval.

Ao orientador, Capitão de Fragata Miguel, pela disponibilidade e instruções que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço, especialmente, o norte que me deu, direcionando meus esforços.

À Escola de Guerra Naval e à Marinha do Brasil, pela oportunidade de cursar o C-EMOS 2024, contribuindo para meu aprimoramento pessoal e profissional.

RESUMO

Este estudo analisa a influência da China no Brasil no século 21, com foco nas interações comerciais e nos investimentos no setor energético, à luz da teoria da interdependência complexa. A abertura econômica chinesa e a ascensão como potência global resultaram em uma política externa assertiva, evidenciada pela Belt and Road Initiative (BRI). A importância do Atlântico Sul e da América Latina na estratégia chinesa de expansão é destacada devido aos recursos naturais estratégicos e novas oportunidades de mercado. Como resultado da pesquisa observou-se que as relações sino-brasileiras evidenciam uma interdependência assimétrica onde o Brasil depende de exportações de *commodities* e investimentos chineses em setores estratégicos. A dependência excessiva de exportações de *commodities* torna o Brasil vulnerável a mudanças na política econômica chinesa e às variações do mercado global. Esta dinâmica ressalta a necessidade de diversificação econômica e fortalecimento da indústria nacional para mitigar a vulnerabilidade do Brasil e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Palavras-chave: Interdependência Complexa. Relações Sino-brasileiras. Investimentos Chineses. Comércio Internacional. Setor Energético

ABSTRACT

The Chinese Influence in Brazil in the 21st Century: An Analysis in Light of Complex Interdependence

This study analyzes the influence of China in Brazil in the 21st century, focusing on trade interactions and investments in the energy sector, in light of the Theory of Complex Interdependence. China's economic opening and its rise as a global power have resulted in an assertive foreign policy, exemplified by the Belt and Road Initiative (BRI). The importance of the South Atlantic and Latin America in China's expansion strategy is highlighted due to strategic natural resources and new market opportunities. As a result of the observed research, Sino-Brazilian relations show an asymmetric interdependence where Brazil depends on commodity exports and Chinese investments in strategic sectors. Excessive dependence on commodity exports makes Brazil vulnerable to changes in Chinese economic policy and global market fluctuations. This dynamic underscores the need for economic diversification and strengthening of the national industry to mitigate Brazil's vulnerability and promote more equitable and sustainable development.

Keywords: Complex Interdependence. Sino-Brazilian Relations. Chinese Investments. International Trade. Energy Sector.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Relações comerciais entre Brasil e China: 2000 e 2022	47
GRÁFICO 2 – Exportações brasileiras para a China por setores econômicos: 2000 e 2022	48
GRÁFICO 3 – Importações brasileiras da China por setores econômicos: 2000 e 2022	49
GRÁFICO 4 – Investimentos externos diretos da China no Brasil	50
GRÁFICO 5 – Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil, 2007-2022	51
GRÁFICO 6 – Forma de ingresso dos investimentos chineses no Brasil, 2007-2022	52

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – Acordos de Cooperação Brasil – China em energia	53
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRI	–	Belt and Road Initiative
CEBC	–	Conselho Empresarial Brasil-China
CID	–	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
DSR	–	Digital Silk Road
EUA	–	Estados Unidos da América
GreenBRI	–	Green Belt and Road Initiative
MDIC	–	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
ODS	–	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	–	Organização Mundial do Comércio
RPC	–	República Popular da China

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ORIGEM E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	ORIGEM DA TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA	13
2.2	REALISMO E INTERDEPENDÊNCIA: CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES	14
2.3	INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA	16
2.4	DIMENSÕES DO PODER NA TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA	19
2.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	21
3	AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E BRASIL NO PÓS-GUERRA FRIA	23
3.1	ABORDAGEM INICIAL	23
3.1.1	A China	23
3.1.2	Interesse da China no Atlântico Sul e na América Latina	25
3.2	RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	28
3.2.1	Interações Comerciais entre Brasil e China	29
3.2.2	O Setor Energético e as Relações Sino-Brasileiras	31
3.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	34
4	ANÁLISE DA INTERDEPENDÊNCIA DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	36
4.1	OS TRÊS PRINCÍPIOS DA INTERDEPENDÊNCIA NAS RELAÇÕES CHINESAS	36
4.2	A INTERDEPENDÊNCIA NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	37
4.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	40
5	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	44
	ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 1970, com a implementação das políticas de reforma e abertura lideradas por Deng Xiaoping, a China iniciou um processo de integração ao mercado global que transformou profundamente sua economia e sua sociedade. A liberalização econômica e a adoção de políticas de mercado permitiram à China integrar-se rapidamente à economia global, impulsionando um crescimento econômico sem precedentes.

Com uma população de mais de um bilhão de pessoas, a China enfrentou e continua a enfrentar o desafio de alimentar sua população e manter a estabilidade econômica e social. A necessidade da manutenção de empregos e de assegurar o bem-estar da população tornou-se parte dos pilares da política econômica chinesa, exigindo uma gestão cuidadosa das relações comerciais e econômicas internacionais.

Nessa conjuntura, para suprir suas necessidades internas, especialmente a demanda por alimentos e recursos energéticos, a China se tornou um dos maiores importadores de *commodities* no mundo. Além das importações, a China tem realizado investimentos diretos significativos em países estrangeiros, em infraestruturas diversas. Esses investimentos são estratégicos para assegurar a continuidade do crescimento econômico chinês, garantir a segurança energética e criar empregos dentro do próprio país, ao mesmo tempo em que permitem a venda de produtos e tecnologias chinesas para novos mercados.

Assim sendo, a política de relacionamentos Sul-Sul é um aspecto fundamental da estratégia de expansão da China. A América Latina, rica em recursos naturais, representa uma oportunidade estratégica para Pequim. Logo, nessa região, a influência chinesa tem crescido significativamente, com investimentos em infraestrutura, energia e mineração. O Brasil, com a maior economia da região e um dos principais exportadores de *commodities* para a China, destaca-se como um parceiro estratégico nesse cenário.

A relação entre o Brasil e a China no século 21 configura-se como um exemplo de interdependência complexa na contemporaneidade. Essa interação é marcada por dinâmicas econômicas, onde ambos os países buscam maximizar seus benefícios por meio de uma parceria que abrange comércio e investimentos, dentre outros. A teoria da interdependência complexa, proposta por Robert Keohane e

Joseph Nye, oferece uma estrutura analítica para compreender essa dinâmica, que embora mutuamente benéfica em alguns pontos, revela assimetrias que impactam o lado mais vulnerável.

Assim, este estudo tem como objeto a análise da influência chinesa no Brasil, no século 21, sob a ótica da teoria da interdependência complexa, que propõe uma visão alternativa ao realismo tradicional. O objeto de estudo será limitado às questões comerciais e investimentos no setor energético, no período compreendido entre os anos 2000 e 2022.

A relevância deste estudo reside na necessidade de entender a crescente influência da China no cenário global, especificamente no Brasil. A compreensão da relação sino-brasileira é necessária, dada a progressiva presença da potência asiática no entorno estratégico brasileiro, especialmente, na área da Amazônia Azul, devido à utilização das linhas de comunicações marítimas, decorrente do comércio, bem como, na exploração de recursos energéticos na área do pré-sal, por exemplo.

Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo geral analisar o relacionamento entre o Brasil e a China, no sentido de verificar a aderência entre a teoria escolhida e as interações vivenciadas entre os dois países.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utiliza-se como fundamento a metodologia de pesquisa documental e bibliográfica com a comparação entre a teoria e a realidade. Desse modo, pretende-se responder a seguinte questão: dada a assimetria na relação de interdependência entre China e Brasil, qual dimensão prevalece para o Brasil: vulnerabilidade ou sensibilidade?

De modo a alcançar o objetivo proposto, o trabalho está dividido em cinco capítulos que contemplam os objetivos específicos, conforme detalhados a seguir:

- a) capítulo um: consiste nesta introdução, abordando basicamente o objetivo geral e o desenho da pesquisa, bem como a questão que norteia o desenvolvimento dos demais capítulos;
- b) capítulo dois: apresenta um breve histórico e os aspectos relevantes da teoria da interdependência, confrontando-a com o realismo e analisando suas características e dimensões do poder;
- c) capítulo três: aborda as relações entre a China e o Brasil na dimensão econômica, com ênfase nas interações comerciais e nos investimentos relacionados ao setor energético;

- d) capítulo quatro: realiza uma análise comparativa entre a teoria adotada e o objeto de estudo, de forma a auxiliar na compreensão das relações sino-brasileiras; e
- e) capítulo cinco: apresenta a conclusão a respeito do presente trabalho.

Segue-se o arcabouço teórico que estrutura o pensamento ao longo do trabalho.

2 ORIGEM E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem o propósito de demonstrar alguns aspectos relevantes a respeito da teoria da interdependência e sua aplicação no objeto de pesquisa. O capítulo é composto por quatro seções. Na primeira seção, consta uma breve explanação da origem da teoria da interdependência, bem como o seu contexto histórico. Na segunda seção, descreve-se uma confrontação entre os conceitos de realismo e interdependência e, na seção seguinte, faz-se uma análise das características da interdependência complexa. Por fim, na última seção, são apresentadas as dimensões do poder na teoria da interdependência.

2.1 ORIGEM DA TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA

Na década de 1970, o cenário político mundial passava por um processo de mudanças significativas. No início desse período, a Guerra do Vietnã se tornou extremamente impopular nos Estados Unidos da América (EUA) e a distensão parecia reduzir a importância da competição nuclear entre Washington e Moscou. Paralelamente, o comércio internacional crescia mais rápido do que o produto mundial; e as corporações transnacionais começaram a exercer influências políticas substanciais (Keohane; Nye, 2012).

A partir de 1971, o sistema monetário internacional passou por mudanças significativas, como o colapso do sistema de câmbio fixo Bretton Woods¹ e a transição para um regime de câmbio flutuante. Isso ocorreu devido à decisão dos EUA, em agosto de 1971, de suspender o lastro do dólar em ouro, em resposta às crescentes pressões inflacionárias, aos déficits comerciais e a drenagem das reservas de ouro dos EUA. Essa decisão foi motivada pelo aumento da demanda europeia para converter dólares em ouro (Keohane; Nye, 2012).

Nesse contexto, a obra clássica “Poder e Interdependência”, de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye Jr., apresentou a teoria da interdependência, que manifesta a ideia de que o poder internacional tem várias dimensões e não

¹ Sistema de Bretton Woods: acordo de 1944 que estabeleceu taxas de câmbio fixas, atrelando as moedas ao dólar americano, que até aquele momento era convertível em ouro. O objetivo era promover a estabilidade econômica e evitar crises financeiras como as ocorridas no entre guerras (Barreto, 2009).

exclusivamente a segurança dos Estados. Essa teoria se contrapõe e, até certo ponto, tornou-se uma alternativa para a escola realista, que prevaleceu durante as décadas da Guerra Fria (Cademartori; Santos, 2016).

Essa abordagem apresenta o conceito de interdependência complexa como uma maneira mais apropriada de entender as mudanças globais, como o desenvolvimento do estado de bem-estar social, os avanços tecnológicos nas comunicações e nos transportes. Ela também abrange o aumento da capacidade destrutiva dos armamentos e os novos padrões de mobilização social (Estre, 2011).

Keohane e Nye (2012) elaboraram um tipo ideal de compreensão da realidade da política internacional, chamado de interdependência complexa, que contrasta com o realismo. Apesar disso, reconhecem que o modelo realista pode ser útil para a compreensão de determinadas realidades, aquelas cada vez mais raras na sociedade internacional em que os Estados fazem uso da força.

2.2 REALISMO E INTERDEPENDÊNCIA: CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

A teoria da interdependência não se configura como uma norma completamente contrária ao paradigma tradicional do realismo político. Ambas as teorias são constituídas por ideais que não apresentam plena correspondência no mundo real, motivo pelo qual é essencial compreender ambas para se distinguir quando e em que medida, um ou outro modelo é melhor aplicado (Sena Júnior, 2003).

Morgenthau (1986), um dos principais teóricos do realismo, afirmou que a política internacional envolve inevitavelmente uma luta pelo poder. Seja qual for o objetivo final, o poder normalmente será o objetivo imediato na política internacional. Para Sena Júnior (2003), essa perspectiva é primordial para o entendimento da teoria realista, pois ela enfatiza que a política é caracterizada por uma contínua disputa pelo poder, ao contrário dos indivíduos, que podem orientar seus objetivos com base em perspectivas econômicas, filosóficas, religiosas, ou sociais. O acadêmico acrescenta que Morgenthau foi pioneiro na defesa do realismo político na era pós-Segunda Guerra Mundial, focalizando sua análise na conceituação de poder e paz.

Os defensores do realismo argumentam que a política internacional é caracterizada pela constante possibilidade de surgimento de conflitos entre os Estados e pelo uso frequente da força. Isso porque os Estados tendem a perceber os outros como inimigos reais ou potenciais que ameaçam sua integridade (Sena Júnior, 2003).

Na visão de Keohane e Nye (2012), o modelo realista é uma teoria que tem como pressupostos: os Estados são considerados unidades coesas e desempenham o papel mais significativo na política internacional; a agenda política global é estruturada em uma hierarquia rígida, prioritariamente voltada para questões de segurança (*high politics*); além disso, o uso da força é visto como uma ferramenta política disponível e eficaz.

Os autores desafiam cada uma das suposições realistas simultaneamente, idealizando um mundo em que: atores além dos Estados tenham participação direta na política global; não haja uma hierarquia bem definida de questões; e a força não seja considerada um instrumento político eficaz. Tais pressupostos são denominados características da interdependência complexa².

De acordo com Nye (2009), tanto o realismo quanto a interdependência complexa oferecem capacidades explicativas distintas, dependendo do tipo de situação em análise, com as relações no mundo real situando-se em algum ponto entre esses dois modelos. Por exemplo, à medida que as relações no Oriente Médio tendem a se alinhar mais com o modelo realista, as relações entre os EUA e o Canadá se aproximam mais do modelo de interdependência complexa.

A seguir, são apresentadas outras características do realismo, bem como as transformações ocorridas com a introdução do ideal de interdependência, segundo Sena Júnior (2003):

a) No contexto do realismo:

- Metas dos atores: a segurança militar é considerada o objetivo prevalente.
- Instrumentos da Política Estatal: A força militar é vista como a ferramenta mais eficaz, embora a economia e outros meios também sejam utilizados.
- Definição da agenda: as possíveis alterações no equilíbrio de poder e as ameaças à segurança determinam a agenda da alta política e exercem uma influência significativa nas outras áreas.

² Essas características são detalhadas na próxima seção.

- Vinculação de questões: a vinculação entre diferentes temas diminui as disparidades nos resultados entre diversas áreas e fortalece a hierarquia internacional.

- Papel das organizações internacionais: a relevância das organizações internacionais é restrita, uma vez que estão limitadas ao poder dos Estados e à predominância da força militar.

b) Com o advento da interdependência:

- Metas dos atores: os objetivos dos Estados diferem conforme as áreas de interesse, e a política transgovernamental pode estabelecer metas complexas e de difícil definição. Além disso, atores transnacionais também podem buscar seus próprios objetivos.

- Instrumentos da política estatal: os recursos de poder específicos a cada área de problema ganham maior relevância, e a manipulação da interdependência, junto com as organizações internacionais e os atores transnacionais, tornam-se os instrumentos mais importantes.

- Definição da agenda: A agenda política é influenciada pelas alterações na distribuição dos recursos de poder dentro das áreas de interesse. A natureza dos regimes internacionais, a crescente relevância dos atores transnacionais e a conexão entre diferentes questões são reflexos do aumento da interdependência.

- A vinculação de questões: essa vinculação por parte dos Estados fortes torna-se mais difícil devido à ineficácia do uso da força, enquanto Estados fracos, por meio de organismos internacionais, podem corroer a hierarquia internacional em vez de reforçá-la.

- Papel das organizações internacionais: as organizações internacionais definem agendas, conduzem formação de coalizões e facilitam a ação política para Estados com menor poder. A capacidade de escolher o foro apropriado para um problema e sensibilizar votos se torna um resultado político significativo.

2.3 INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

O termo interdependência, conforme interpretado por Sena Júnior (2003), sugere uma reciprocidade dependente entre os atores internacionais, onde seus interesses se integram e se complementam. A interdependência é, em essência, assimétrica, uma vez que os participantes possuem diferentes níveis de

desenvolvimento socioeconômico e controle sobre recursos naturais, geográficos, financeiros e militares.

Dependência, no sentido comum, significa um estado de ser influenciado por fatores externos. Já a interdependência, de forma simplificada, significa uma dependência mútua. No contexto da política global, a interdependência caracteriza-se por efeitos recíprocos entre países ou entre atores de Estados distintos (Keohane; Nye, 2012). Esse processo advém de intercâmbios internacionais, como fluxos de bens, dinheiro, informações e pessoas. A interdependência, portanto, ocorre quando há um custo recíproco dessas trocas. Caso contrário, o que se observa é apenas interconexão (Ricobom, 2003).

Com base nesse entendimento, pode-se dizer que a interdependência se manifesta quando existem efeitos de custo recíprocos nas relações entre países.

No entanto, essas relações não garantem necessariamente vantagens para todas as partes envolvidas. Isso porque não há uma certeza de que as relações resultem em benefícios mútuos. Diferente da percepção comum, o modelo de interdependência não sugere um mundo caracterizado por relações de amizade e cooperação onde a harmonia é mantida naturalmente (Sena Júnior, 2003).

Conforme afirma Fred Halliday (1999), a teoria interdependentista baseia-se em três proposições fundamentais. Primeira, o Estado perdia sua posição influente nas relações internacionais para forças e atores não estatais, como as corporações multinacionais, resultando em múltiplos canais de influência. Segunda, já não havia mais uma escala rígida nos temas internacionais, onde assuntos militares e estratégicos (*high politics*) eram prioridade máxima, enquanto questões econômicas e de bem-estar (*low politics*) ficavam em nível inferior. Terceira, o poder militar perdia relevância nas relações internacionais.

Para Santos Júnior (2000), a existência de múltiplos canais de comunicação e influência permite à teoria da interdependência valorizar as instituições internacionais como atores fundamentais no processo de negociação política. Essas instituições desempenham um papel considerável na formação de programas de trabalho e na criação de condições favoráveis para a cooperação e no fortalecimento de coalizões entre países fracos. Sena Júnior (2003) complementa essa visão ao afirmar que os múltiplos canais reforçam o entendimento de que as relações internacionais transcendem as questões de segurança e militarização. As interações culturais, econômicas, financeiras e sociais são igualmente importantes,

promovendo um intercâmbio maior entre os povos e estreitando os vínculos entre os países.

No tocante à ausência de hierarquia temática, segundo Sena Júnior (2003), esta modificou sensivelmente a agenda internacional, tornando-se mais complexa e abrangendo uma gama maior de objetivos. Kissinger (1975 apud Keohane; Nye, 2012) identificou essa mudança ao observar que o avanço na condução da agenda tradicional havia se tornado insuficiente mediante o ineditismo de um tipo de problema. Questões de ambiente, energia, população, recursos, utilização do espaço e dos mares passaram a integrar a agenda diplomática, ao lado das tradicionais questões de ideologia, rivalidade territorial e segurança militar.

Sena Júnior (2003) complementa, afirmando que a distinção entre política interna (baixa política) e política externa (alta política) torna-se mais sutil e difícil de perceber, uma vez que os grupos que representam interesses locais estão projetando suas demandas no cenário internacional com maior frequência, envolvendo governos de diferentes países. Questões internas e internacionais se entrelaçam, englobando tanto atores governamentais quanto não-governamentais, sem que haja uma hierarquia predefinida de prioridade entre os assuntos.

Quanto à mitigação no uso da força, observa-se que, há pouco tempo, o recurso predominante na política internacional era o uso da força militar ou a ameaça de seu emprego. Embora essa ferramenta continue a desempenhar um papel significativo, o elevado custo associado a seu emprego tem levado os Estados a adotar uma postura mais cautelosa (Sena Júnior, 2003). Mesmo dentro da perspectiva realista, o emprego constante da força para conservar a supremacia de um Estado é visto como altamente oneroso, por isso esses Estados procuram assegurar sua hegemonia não apenas no âmbito militar, utilizando-se mais da ameaça, mas também no âmbito econômico (Hobsbawn, 2000).

Keohane e Nye (2012) discorrem que o uso da força passou a ser excessivamente oneroso para importantes Estados pelos seguintes motivos: a possibilidade de desencadear uma reação nuclear em efeito cascata; a resistência das populações de países pobres e frágeis; a imprecisão do resultado e o potencial impacto negativo nos objetivos econômicos; e a oposição interna, devido ao custo humano associado ao emprego da força.

2.4 DIMENSÕES DO PODER NA TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA

Embora o conceito de poder seja de grande interesse para os estudiosos, ele não possui um sentido consensual, gerando divergências entre teóricos de correntes diversas e até mesmo entre aqueles com visões alinhadas (Estre, 2011).

Conforme descrito por Keohane e Nye (2012), para o realismo, poder é elemento fundamental do Estado, e aqueles com maior poder militar são capazes de controlar os assuntos mundiais. No entanto, quando se considera a interdependência assimétrica, o poder se manifesta como a capacidade de controlar recursos para potencialmente influenciar os resultados de outros atores.

Desse modo, deve-se ter atenção para evitar definir a interdependência exclusivamente como uma situação de equilíbrio na relação de dependência mútua. Na verdade, são as assimetrias de dependência que tendem a oferecer maiores fontes de interferência para os atores em suas interações. Atores menos dependentes, frequentemente, usam o relacionamento interdependente como fonte de poder nas negociações sobre uma questão específica e talvez para influenciar outras questões (Keohane; Nye, 2012).

De acordo com Karl Deutsch (1982), a interdependência entre dois países ocorre quando uma mudança em um país “A” provoca uma alteração previsível em outro país “B”. Se, por sua vez, uma modificação em “B” também gerar uma alteração em “A”, a interdependência é considerada simétrica. No entanto, quando as relações resultam em mudanças desiguais e desvantajosas para um dos países, essa interdependência é classificada como assimétrica. Fatores como recursos, áreas econômicas, benefícios e custos desempenham um papel determinante na natureza assimétrica da interdependência.

O poder, elemento fundamental no realismo, assume outro significado nas relações de interdependência, manifestando-se em duas dimensões, em termos de sensibilidade e vulnerabilidade (Ricobom, 2003).

Dessa forma, o poder pode se manifestar pela sensibilidade de um ator em relação a sua capacidade de responder as ações de outro, no âmbito econômico, político ou social (Ricobom, 2003). Sensibilidade, neste contexto, refere-se ao grau de capacidade de um ator de responder a mudanças sem precisar adotar políticas alternativas para mitigar os efeitos adversos (Keohane; Nye, 2012).

A vulnerabilidade, por outro lado, corresponde à capacidade de resposta e aos custos das alternativas que o Estado possui para elaborar novas políticas, quando afetado por condições impostas por outro ator. A noção de vulnerabilidade é essencial para compreender a dinâmica política das relações de interdependência. De certa forma, a vulnerabilidade destaca quais atores têm o poder de definir a cláusula *ceteris paribus*³ ou de determinar as regras do jogo. Assim, a vulnerabilidade é mais relevante do que a sensibilidade (Keohane; Nye, 2012).

De forma mais objetiva, pode-se dizer que a sensibilidade se refere ao efeito interno que as mudanças internacionais causam; e que a vulnerabilidade diz respeito à habilidade de um ator de enfrentar as alterações na arena internacional e arcar com os custos oriundos dessas alterações (Alves, 2003).

Para melhor entendimento, apresenta-se uma exemplificação de Keohane e Nye:

No caso do petróleo, por exemplo, o que importa não é apenas a proporção das necessidades que é importada, mas as alternativas à energia importada e os custos de buscar essas alternativas. Dois países, cada um importando 35% de suas necessidades de petróleo, podem parecer igualmente sensíveis aos aumentos de preços; mas se um pudesse mudar para fontes domésticas a um custo moderado, e o outro não tivesse tal alternativa, o segundo estado seria mais vulnerável do que o primeiro. A dimensão da vulnerabilidade da interdependência baseia-se na disponibilidade relativa e no custo das alternativas que vários atores enfrentam⁴. (Keohane; Nye, 2012, p. 11, tradução nossa)

Dessa forma, se no realismo o poder está determinado, preponderantemente, pela força militar efetiva de um Estado, na interdependência os recursos de poder estão na área econômica, política e social, e se relacionam à probabilidade de controle de causas e resultados sobre outros atores internacionais. Assim, as interdependências assimétricas são fontes de poder entre os atores, sendo que os atores menos dependentes podem influenciar aqueles que são mais sensíveis ou vulneráveis às mudanças externas, utilizando essa vantagem para exercer controle e influência (Ricobom, 2003).

³ Expressão em latim que significa “permanecendo constantes todas as demais variáveis”. Termo econômico usado para avaliar os impactos de uma variável sobre outra, sem alterar as demais (Sandroni, 1999).

⁴ No original: “In petroleum, for instance, what matters is not only the proportion of one’s needs that is imported, but the alternatives to imported energy and the costs of pursuing those alternatives. Two countries, each importing 35 percent of their petroleum needs, may seem equally sensitive to price rises; but if one could shift to domestic sources at moderate cost, and the other had no such alternative, the second state would be more vulnerable than the first. The vulnerability dimension of interdependence rests on the relative availability and costliness of the alternatives that various actors face”.

2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As transformações políticas e econômicas da década de 1970 destacaram a importância da teoria da interdependência complexa. Apesar de não desconsiderar o modelo realista, a interdependência complexa se mostra como um modelo que melhor reflete a realidade contemporânea, onde a cooperação e a negociação são mais frequentes do que o uso da força, tornando-se alternativa teórica robusta para analisar as relações internacionais de hoje.

Nesse contexto, passa-se a tratar de algumas considerações sobre o realismo político e a interdependência complexa. Ambas as teorias são importantes para a compreensão das relações internacionais. O realismo, centrado na busca pelo poder e no uso da força militar, contrasta com a interdependência complexa, que valoriza a multiplicidade de atores e ineficácia da força em certos contextos. A aplicabilidade de cada teoria depende do contexto específico, exigindo uma análise contextualizada das dinâmicas geopolíticas.

Pôde-se, assim, explorar os principais aspectos da interdependência complexa. A interdependência entre países cria uma rede complexa e assimétrica de trocas, onde os benefícios mútuos não são garantidos. A influência crescente de atores não-estatais e a diversificação da agenda internacional tornaram as relações globais mais interligadas. Dado os altos custos e riscos associados ao uso do poder militar, os Estados tendem a buscar estratégias econômicas e diplomáticas para manter suas posições. Isso redefine as relações globais e demanda abordagens variadas para enfrentar os desafios contemporâneos. Portanto, entender as dimensões do poder na teoria da interdependência é essencial.

Por fim, a teoria da interdependência amplia a compreensão do poder ao incluir as dimensões de sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade refere-se à capacidade de um ator de responder às mudanças internacionais sem a necessidade de alterar suas políticas, enquanto a vulnerabilidade envolve os custos e as alternativas disponíveis para enfrentar essas mudanças. Essas dimensões mostram que o poder, na interdependência assimétrica, vai além da força militar, incorporando aspectos econômicos, políticos e sociais.

Países com maior sensibilidade ou vulnerabilidade são mais impactados em suas relações internacionais, demonstrando como a interdependência pode ser uma fonte de influência e controle. Compreender essas dimensões, onde a capacidade

de adaptação e os recursos alternativos determinam a posição de vantagem ou desvantagem dos atores internacionais, é fundamental para entender a dinâmica do poder sob a ótica da teoria da interdependência.

No próximo capítulo, são apresentadas relações entre a China e o Brasil na dimensão econômica, com ênfase nas interações comerciais e nos investimentos relacionados ao setor energético, no período pós-guerra Fria.

3 AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E BRASIL NO PÓS-GUERRA FRIA

O enfoque deste capítulo é explorar as relações sino-brasileiras. Para facilitar a compreensão, o capítulo está estruturado em duas seções. Na primeira seção, apresenta-se uma visão geral das estratégias chinesas, bem como os seus interesses no Atlântico Sul e na América Latina. Na segunda seção, são descritas as relações econômicas entre Brasil e China, concentrando-se nas trocas comerciais e nos investimentos no setor energético.

3.1 ABORDAGEM INICIAL

A ascensão da China como potência global, especialmente após o fim do isolacionismo sob Mao Tse-Tung e a abertura econômica promovida por Deng Xiaoping, transformou as dinâmicas internacionais. Esta seção examina brevemente as estratégias adotadas pela China após a abertura econômica, destacando a importância crescente do Atlântico Sul e da América Latina na sua estratégia de expansão global.

3.1.1 A China

Durante o governo de Deng Xiaoping (1976-1997), após o término do isolacionismo chinês sob o comando de Mao Tse-Tung (1949-1976), a China voltou a se engajar de forma ativa na comunidade internacional, destacando-se pela abertura comercial em 1982. Durante a década de 1990 e no começo do século 21, a China ampliou sua produção e consolidou sua presença global, exemplificada pelo ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, obtendo o apoio do Brasil (Gonçalves; Pinto, 2019).

Com sua estratégia de criar zonas de influência, a China tem adotado ações sutis e diplomáticas para cooptar novos aliados e neutralizar possíveis oposições internacionais. Pequim tem se mostrado economicamente inovadora ao financiar grandes obras de infraestrutura em diversos países, atraindo países que necessitam de recursos financeiros para esses projetos (Damas, 2020).

O projeto da Rota da Seda ou Belt and Road Initiative (BRI), lançada em 2013 pelo presidente Xi Jinping, é um exemplo de plano que oferece enormes empréstimos a pelo menos 138 países para investir em infraestrutura que facilite o comércio internacional entre a China e esses Estados. Embora o objetivo econômico seja conectar novos mercados e aumentar a fluidez do comércio, na realidade, esses empréstimos também envolvem o compromisso de não reconhecer Taiwan como país independente (Damas, 2020).

O objetivo final da BRI é assegurar certa dependência dos países beneficiados pelos recursos de Pequim, em caso de um conflito, embora improvável, com aliados dos EUA na Ásia. Nesse cenário, a China poderia utilizar seu poderio econômico e político para pressionar países na África, Oriente Médio e Sudeste Asiático a negarem acesso ao espaço aéreo ou terrestre de seus países, de forças militares norte-americanas, se os EUA tentassem apoiar Japão, Coreia do Sul, Filipinas ou Taiwan em uma possível guerra (Damas, 2020).

Enquanto os EUA utilizam seu "*hard power*" com bases e tropas no Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Guam, Tailândia e Cingapura, a China busca novos aliados "militares" investindo grandes quantias de dinheiro, exercendo seu poder econômico, na esperança de que esses países atuem como aliados sutis em caso improvável de guerra no Leste Asiático (Damas, 2020).

No panorama atual, destaca-se o rápido e acentuado desenvolvimento da China, que a posiciona como um dos principais atores globais nos âmbitos comercial, econômico, financeiro, militar, político e tecnológico. Esse desenvolvimento e posicionamento chinês são frutos de uma reformulação em sua estratégia de integração internacional, que evoluiu de uma postura relativamente estável e de baixa participação, definida por um ambiente pacífico e sucesso econômico, para uma posição de maior envolvimento e iniciativa no cenário global. Este novo contexto é definido por uma política externa marcada por seu expressivo dinamismo (Santos, 2023).

No ano de 2001, a China foi admitida na OMC e em 2008, alcançou a posição de maior credor global. Já em 2013, o país lançou a BRI. Nos últimos tempos, a China tem se destacado na liderança de tendências voltadas para o desenvolvimento da economia digital global, utilizando como principal instrumento a *Digital Silk Road* (DSR), componente digital da BRI. Também se destacam, no

exterior, os empréstimos e investimentos, com o objetivo de consolidar a denominação *Green Belt and Road Initiative* (GreenBRI)⁵ (Santos, 2023).

O vertiginoso e contínuo crescimento da China tem aumentado significativamente suas necessidades energéticas, o que representa um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento e expansão do país, tanto interna quanto externamente. Com os avanços econômicos chineses, as demandas energéticas crescentes tornam-se uma questão sensível, especialmente devido à dependência da importação de petróleo, que cresce proporcionalmente ao desenvolvimento chinês (Santos, 2023).

Por meio de um apelo à cooperação que convida todos os Estados a participar, o Presidente Xi Jinping tem destacado em vários fóruns internacionais os pilares da zona econômica da Nova Rota da Seda. Esses pilares incluem o desenvolvimento mútuo, a não-confrontação, o respeito e diálogo mútuos, o respeito pelas escolhas políticas de cada país, o apoio aos interesses estratégicos de outros Estados, o respeito absoluto da soberania e a renúncia a qualquer forma de hegemonia (Duarte, 2016).

3.1.2 Interesse da China no Atlântico Sul e na América Latina

Interesses geopolíticos, impulsionados pelo lançamento da BRI, tornaram a política externa chinesa, no século 21, mais assertiva e integrada ao sistema internacional, resultando em uma relação de mútua influência. Além disso, o século atual presencia uma transformação significativa na reconfiguração dos eixos de poder globais, onde o Atlântico Sul se destaca como um eixo marítimo de grande importância no cenário mundial (Santos, 2023).

Nessa conjuntura, nota-se uma expansão geopolítica chinesa em direção para regiões ricas em recursos energéticos, alinhando-se à sua estratégia de aproximação com o Sul Global. Para atingir esse objetivo, a diplomacia energética chinesa promove cooperação no continente africano, especialmente nos países próximos ao Atlântico Sul. Essa região é rica em recursos naturais estratégicos,

⁵ A GrenBRI é uma extensão da BRI da China, focada em desenvolvimento sustentável e ambientalmente amigável. A GreenBRI visa alinhar projetos de infraestrutura com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e promover investimentos verdes para mitigar as mudanças climáticas (World Economic Forum, 2023).

como petróleo e gás, e possui grande importância para os interesses de Pequim (Santos, 2023).

A importância estratégica crescente do Atlântico Sul deve-se, em parte, à descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural, além de diversos minérios economicamente importantes. Além disso, a preocupação em garantir o fornecimento alimentar torna a atividade pesqueira na região uma oportunidade valiosa para países em desenvolvimento, como a China e a Índia (Duarte, 2016).

Em termos energéticos, o Atlântico Sul é essencial para a China na sua estratégia de assegurar o fornecimento deste recurso, similarmente ao que ocorre em outras regiões globais, como o Oriente Médio e a Ásia Central (Duarte, 2016).

A China tem conquistado os mercados da América Latina ao combinar uma agressiva estratégia econômica com uma astúcia geopolítica. Evitando um confronto direto com os Estados Unidos, a China assegura seus acordos comerciais impondo uma condição: seus parceiros devem cessar relações diplomáticas com Taiwan. Essa concordância com a exigência de "uma só China" é um pré-requisito para todo e qualquer tratado comercial ou financeiro com o país. Com essa abordagem indireta, Pequim amplia sua influência no cenário global e reduz a tradicional sujeição dos governos latino-americanos em relação às políticas dos EUA (Katz, 2023).

O progresso comercial da China na América Latina foi acompanhado por uma significativa corrente de financiamento, que, nos últimos dez anos, resultou em empréstimos bancários no valor de US\$ 130 bilhões e em obtenções de empresas no total de US\$ 72 bilhões. Esse fortalecimento do crédito foi apoiado por diversos investimentos diretos, focados em projetos de desenvolvimento estrutural a fim de aprimorar as exportações. Dessa forma, a vasta rede de corredores bioceânicos, estradas e portos facilita tanto o acesso a matérias-primas quanto a distribuição da produção industrial. A América Latina tornou-se o segundo principal destinatário para esse tipo de empreendimento. Com o apoio chinês, têm-se a construção de aeroportos no Equador, dragagens na Argentina, Brasil e Uruguai, estradas no Chile, ferrovias e hidrovias no Peru, um metrô na Colômbia, além de pontes no Panamá e na Guiana, além de aeroportos no Equador (Katz, 2023).

A compra de empresas pela China é direcionada a setores estratégicos, como gás, metais, minerais e petróleo. O país demonstra interesse no lítio boliviano, no cobre peruano e no petróleo venezuelano. As empresas estatais chinesas assumem

um protagonismo nessas aquisições, frequentemente precedendo ou influenciando a posterior entrada das empresas privadas. A área governamental chinesa coordena todas as etapas necessárias em cada país, seguindo um plano delineado por Pequim (Katz, 2023).

A China está complementando sua crescente influência econômica com a venda de tecnologia avançada. O país concorre à liderança na implementação de equipamentos 5G, por meio de três empresas proeminentes: *Alibaba*, *Huawei*, e *Tencent*. Em cada país, a China está agilmente negociando a instalação desses equipamentos, enfrentando uma forte concorrência das empresas ocidentais (Katz, 2023).

Pequim consolidou sua influência regional ao estabelecer uma presença significativa no Panamá, rompendo o domínio predominante de Washington sobre o país. Um governo pró-americano e abertamente neoliberal firmou acordos com a China, após o país asiático exercer pressão dissuasiva, com a advertência de construção de um canal concorrente na Nicarágua. O cancelamento desse projeto foi seguido pela quebra das relações diplomáticas com Taiwan, transformando o Panamá no principal destino de investimentos chineses na América Central e no local escolhido para a construção de uma linha de trem de alta velocidade (Katz, 2023).

Essa mesma estratégia foi implementada na América do Sul. Xi Jinping negocia persistentemente para que o Paraguai, um dos poucos países que ainda reconhece Taiwan, mude sua posição. A abordagem adotada é de grande paciência, com ofertas comerciais apresentadas como incentivos atraentes às elites pró-EUA. O foco está em priorizar os ganhos econômicos em detrimento das preferências ideológicas (Katz, 2023).

Segundo Rodrigues (2021), no padrão de relações entre a China e a América do Sul, os governos sul-americanos não tiveram capacidade de criar políticas de longo prazo para fazer frente aos desafios. Isso resulta em uma inserção crescente alicerçada em vantagens comparativas desequilibradas. Esses governos devem capitalizar as oportunidades geradas pela demanda chinesa, promovendo a transformação de suas produções por meio de políticas produtivas e comerciais eficazes, preferencialmente articuladas ao nível regional.

Em suma, a atuação da China na América Latina exemplifica claramente sua estratégia planejada. Consciente da sensibilidade de Washington em relação à

presença estrangeira em sua área de influência, Pequim adota uma postura especialmente cuidadosa na região. A China evita interferir diretamente na política local, concentrando seus esforços em estabelecer parcerias comerciais vantajosas. Sua única exigência não econômica é o apoio ao princípio de "uma só China", que implica a ruptura de relações com Taiwan (Katz, 2023).

3.2 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Segundo Javier Vadell (2018), a China e o Brasil amparam-se em um novo arranjo no âmbito da economia e da política internacional. Desde as primeiras discussões e iniciativas políticas focadas no Sul Global, ambos os países têm ampliado seus eixos de cooperação, o que tem fortalecido significativamente suas relações econômicas nos últimos quinze anos. Os autores examinam a evolução e o aprofundamento do relacionamento econômico entre Brasil e China no século 21, considerando os interesses de ambos os Estados. Esse arranjo é estruturado a partir do comércio bilateral, dos investimentos chineses e dos empréstimos concedidos pelos principais bancos chineses.

Essa estrutura constitui a base da agenda política entre os Estados e pode ser reorganizada conforme a orientação da própria República Popular da China (RPC). Dessa maneira, temas, anteriormente separados, convergem em uma agenda única: relações políticas, comércio, investimentos em infraestrutura e uma ampliação de ações nos setores de energia e mineração. Os principais eixos dessa relação crescente se desdobram nas seguintes dimensões: econômica (comércio, investimentos e crédito); política (agenda multilateral e bilateral em segurança, cultura e educação); e regional (em consonância com o novo regionalismo, pautado pelos estreitamentos no contexto do Sul Global) (Vadell, 2018).

Assim sendo, passa-se a discorrer a respeito das relações econômicas Brasil-China com enfoque nas transações comerciais e nos investimentos no setor energético, no período entre os anos 2000 e 2022.

3.2.1 Interações Comerciais entre Brasil e China

As relações comerciais entre Brasil e RPC, iniciadas nos últimos 25 anos do século 20, foram preservadas e fortalecidas ao longo das primeiras décadas do século 21 (Baptista, 2023).

A partir dos anos 2000, ocorreu um expressivo aumento de corrente comercial, a qual é a soma das importações e exportações entre RPC e Brasil. O país asiático começou a fornecer produtos em larga escala ao mercado brasileiro, expandindo sua participação nas importações do país em cerca de 15,2% em 2012 para aproximadamente 22,3% em 2022 (Baptista, 2023).

Observou-se, também, um crescimento na participação da China nas exportações brasileiras, passando de em torno de 9,0% em 2003 para cerca de 32,4% em 2020. Embora a contribuição chinesa tenha diminuído nos últimos anos, a China conservou-se como importante compradora das exportações brasileiras, retratando 31,3% em 2021 e 26,8% em 2022, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) de 2023 (Baptista, 2023).

Como resultado do aumento nas trocas comerciais entre Brasil e RPC, esse fluxo comercial cresceu em torno de US\$ 3,1 bilhões em 2000 para US\$ 152,3 bilhões em 2022, conforme apresentado no gráfico 1 (Anexo A). Nesse período, observou-se uma ampliação contínua tanto das vendas brasileiras para o país asiático quanto das importações de itens chineses para o Brasil (Baptista, 2023).

O saldo comercial do Brasil com a China também registrou um aumento significativo durante o período analisado. Esse saldo oscilou de valores negativos, (favoráveis ao lado chinês), nos anos de 2000, 2007 e 2008, para valores positivos, favoráveis para o lado brasileiro, nos demais anos. O saldo comercial evoluiu de aproximadamente -US\$ 19,5 bilhões em 2000 para US\$ 29,2 bilhões em 2022, conforme os dados do MDIC, de 2023, demonstrados no gráfico 1 (Anexo A) (Baptista, 2023).

Ao analisar os aspectos qualitativos do intercâmbio comercial Brasil-China, no período de 2000 a 2022, observa-se que a estrutura das trocas comerciais manteve-se centrada nas exportações brasileiras de itens agropecuários, por itens da indústria extrativa e da indústria de transformação, nessa sequência, consoante o gráfico 2 (Anexo B). Durante esse período, verifica-se um aumento nas exportações de produtos agropecuários brasileiros para a RPC, que passaram de próximo de

US\$ 346 milhões em 2000 para US\$ 33,3 bilhões em 2022. No mesmo período, as exportações de produtos da indústria brasileira extrativa para a China cresceram de cerca de US\$ 320 milhões em 2000 para US\$ 35,8 bilhões em 2022. Além disso, os dados do gráfico 2 (Anexo B) indicam que a participação dos produtos da indústria de transformação nas exportações brasileiras para a China diminuiu de 38,4% em 2000 para 22,5% em 2022⁶ (Baptista, 2023).

Nesse sentido, embora os valores das exportações de produtos da indústria de transformação para a China tenham sido de aproximadamente US\$ 415 milhões em 2000 e US\$ 2,5 bilhões em 2005, os dados após 2010 mostram um cenário diferente. Mesmo com um aumento para cerca de US\$ 5,6 bilhões em 2010 e US\$ 20,1 bilhões em 2022, essas exportações da indústria de transformação continuaram inferiores às de itens da indústria agropecuária e extrativa para a China no período compreendido entre 2010 e 2022. Dessa forma, as principais exportações do Brasil para a China concentraram-se em *commodities*, como carne bovina, minério de ferro, petróleo bruto e soja (Baptista, 2023).

Em relação aos produtos importados da RPC pela economia brasileira, observa-se uma mudança significativa. Anteriormente, o petróleo e o carvão estavam em uma posição importante entre os itens importados. Recentemente, houve um aumento nas importações de produtos de maior desenvolvimento tecnológico. No caso das importações de bens intermediários, os seus valores começaram a dominar a lista de produtos comprados pelo Brasil da China (Baptista, 2023).

É importante destacar que, embora o aumento nas importações brasileiras da China tenha incluído combustíveis e lubrificantes, cujos valores cresceram de aproximadamente US\$ 75 milhões em 2000 para cerca de US\$ 716 milhões em 2022, esses itens foram superados por outros setores. As importações de bens intermediários, bens de capital e bens de consumo tiveram valores significativamente maiores. Em 2022, esses montantes foram de US\$ 45,8 milhões, US\$ 8,5 milhões e US\$ 6,0 milhões, respectivamente, conforme mostrado no gráfico 3 (Anexo C) (Baptista, 2023).

As relações comerciais bilaterais entre o Brasil e a China devem ser analisadas dentro desse contexto. No que diz respeito às exportações, prevalece o

⁶Os percentuais foram calculados pelo autor a partir dos dados apresentados no gráfico 2, anexos A.

resultado positivo das quantidades e das condições de troca nas *commodities*. Em relação às importações, nota-se um aumento das compras de produtos manufaturados da China. Observa-se uma crescente competição no mercado interno brasileiro entre produtos chineses, produtos de outros países, bem como locais. (Hiratuka; Sarti, 2016).

Fica destacada a existência de uma grande disparidade entre o perfil das exportações e importações brasileiras nas transações com a China. (Hiratuka; Sarti, 2016). As relações comerciais entre Brasil e China são favoráveis para o Brasil, resultando em superávit. No entanto, essas relações evidenciam o carecimento de modernização e fortalecimento de outras áreas produtivas. Além dos produtos agropecuários, é importante expandir a proposta de produtos com maior conteúdo tecnológico na pauta de exportações para a China. Ao longo de seu processo de inserção internacional e desenvolvimento, a RPC deixou para trás a predominância de produtos de baixa densidade tecnológica em suas exportações para o Brasil. Atualmente, o portfólio chinês de produtos exportados para o Brasil inclui bens de capital, de consumo e intermediários (Baptista, 2023).

3.2.2 O Setor Energético e as Relações Sino-brasileiras

As diversas iniciativas que a China tem implementado nas últimas décadas, sejam de caráter econômico ou geopolítico, visam fortalecer sua posição global. Essas ações incluem o fortalecimento da conversibilidade de sua moeda, a implementação da "Nova Rota da Seda" e a promulgação da nova Lei de Segurança Nacional. Essa norma chinesa sublinha a relevância da questão energética para as economias em desenvolvimento, especialmente para a China. Ela garante o crescimento do país por meio da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e destaca a dependência chinesa da aquisição no exterior de insumos, como energia, para garantir sua estabilidade energética (Picchi; Spellmann, 2023).

Portanto, a demanda da China por *commodities*, energia, mercados consumidores e novos destinos para investimento frequentemente entra em conflito com seu discurso diplomático. A retórica chinesa sobre a procura por ganhos mútuos, um mundo equilibrado e desenvolvimento colaborativo nas relações

internacionais nem sempre se alinha com suas necessidades econômicas (Picchi; Spellmann, 2023).

No contexto sino-brasileiro, é importante destacar que a participação chinesa no consórcio vencedor do leilão do campo de Libra⁷ em 2013 foi um marco na indústria de energia do Brasil. Esse evento simbolizou um novo capítulo na consolidação dos investimentos chineses no setor, uma trajetória que começou em 2004, quando a Petrobras e a empresa chinesa *Sinopec* assinaram um acordo de aliança estratégica. Na mesma época, a estatal brasileira contratou a gigante chinesa para a construção do gasoduto Gasene, destinado a integrar as redes de transporte de gás natural das regiões Sudeste e Nordeste. Esse gasoduto foi inaugurado em 2010 (Moreno, 2015).

Segundo Cariello (2023), o ano de 2022 apresentou movimentos contrastantes. Investimentos chineses totalizaram 32 projetos no Brasil, um aumento de 14% em relação a 2021, ultrapassaram o máximo registrado em 2018 e estabeleceram um recorde. No entanto, os investimentos financeiros diminuíram 78% entre esses dois anos, totalizando US\$ 1,3 bilhão, o menor valor desde 2009. Esse cenário desfavorável refletiu uma conjuntura internacional desafiadora, influenciada pela intensificação da disputa entre EUA e RPC, a pandemia de Covid-19 e a invasão da russa na Rússia, resultando em uma queda dos investimentos internacionais globalmente. O gráfico 4 (Anexo D) apresenta os fluxos de investimentos diretos da China no Brasil no período de 2010 a 2022.

No período compreendido entre 2007-2022, dos investimentos chineses no Brasil, o setor de eletricidade concentrou 35,7% do número de projetos chineses, totalizando 84 empreendimentos realizados principalmente pelas estatais *State Grid* e *China Three Gorges*. Em relação ao período de 2007 a 2021, a participação do setor aumentou em três pontos percentuais (Cariello, 2023).

Em termos financeiros, no setor de energia, o valor investido foi o mais significativo, com a geração, transmissão e distribuição de eletricidade recebendo US\$ 32,5 bilhões dos US\$ 71,6 bilhões investidos por empresas da China no Brasil no período 2007-2022, representando 45,5% do total. Em seguida, a extração de petróleo representou 30,4% dos investimentos, totalizando US\$ 21,7 bilhões. Tanto o setor manufatureiro quanto o setor de extração de minerais metálicos tiveram

⁷ Maior reserva de petróleo conhecida do Brasil, localizada na camada de pré-sal da Bacia de Santos (Wertheim; Abrantes, 2019).

participações de 6,2% cada um, com investimentos de US\$ 4,4 bilhões cada. Os investimentos em infraestrutura somaram US\$ 3,2 bilhões, correspondendo a 4,4% do total. O gráfico 5 (Anexo E) ilustra a alocação setorial dos investimentos de Pequim no Brasil de 2007 a 2022, destacando que os setores de eletricidade e extração de petróleo juntos somam 75,9% do total investido (Cariello, 2023).

Segundo Cariello (2023), entre 2007 e 2022, a maioria dos projetos chineses no Brasil foi realizada por meio de iniciativas *greenfield*⁸, representando 49% do total, enquanto fusões e aquisições corresponderam a 42% e *joint ventures*⁹ a 9%, conforme demonstrado no gráfico 6 (Anexo F). Dos 113 projetos *greenfield*, a maioria foi destinada ao setor de eletricidade e à indústria manufatureira, com participações de 47% e 32%, respectivamente, apresentados no gráfico 6 (Anexo F).

As fusões e aquisições lideraram em termos de valor investido, representando 67% do total, conforme o gráfico 6 (Anexo F). Dos US\$ 48,2 bilhões alocados nessa modalidade, 41% foram direcionados ao setor de eletricidade, enquanto 35% foram investidos na extração de petróleo (Cariello, 2023).

Livia Picchi e Samuel Spellmann (2023) realizam uma avaliação qualitativa dos acordos de cooperação Brasil-China, no setor de energia, com o propósito de entender as estratégias de política externa dos dois países e sua colaboração técnica no campo energético, à luz da “Nova Diplomacia Chinesa” e dos desafios associados à Cooperação Sul-Sul. Os documentos selecionados foram: a) Memorando de Entendimento sobre a criação da Subcomissão de energia e recursos minerais da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Coordenação e Cooperação; b) Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a cooperação em energia e mineração; c) Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China; e d) Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021.

Na avaliação, os autores examinaram os objetivos gerais desses documentos e identificaram: as ações planejadas pelas partes para promover a cooperação, a

⁸ *Greenfield* é uma forma de investimento direto estrangeiro, onde uma empresa estabelece operações em outro país construindo novas instalações do zero (Cuofano, 2024).

⁹ *Joint venture* é uma parceria temporária entre duas ou mais empresas para um projeto específico, onde cada empresa contribui com recursos e compartilha ganhos, perdas e controle, mantendo sua entidade legal separada (Empiricus, 2024).

manifestação dos princípios da “Nova Diplomacia Chinesa”, o representante brasileiro e o chinês responsáveis pela assinatura do acordo, bem como o ano de assinatura, conforme consta na Tabela 1 (Anexo G) (Picchi; Spellmann, 2023).

Do resultado da análise de Picchi e Spellmann (2023), destaca-se que existem fragilidades na relação sino-brasileira, começando pela falta de um programa de gestão estruturado que possibilite um planejamento energético estratégico entre ambos os países. Tal programa é necessário para promover um desenvolvimento mais sustentável, que seja menos prejudicial ao meio ambiente e com impactos sociais reduzidos.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise das relações entre China e Brasil no período pós-Guerra Fria revela uma dinâmica em que os interesses econômicos, políticos e estratégicos se entrelaçam. A abertura econômica promovida por Deng Xiaoping e a subsequente ascensão da China como uma potência global resultaram em uma política externa mais assertiva e integrada ao sistema internacional, evidenciada pela BRI e seus desdobramentos. A importância do Atlântico Sul e da América Latina para a estratégia chinesa de expansão é significativa, pois essas regiões oferecem recursos naturais estratégicos e novas oportunidades de mercado.

No contexto sino-brasileiro, a intensificação das relações comerciais e de investimentos nas últimas décadas demonstra o interesse mútuo em fortalecer laços econômicos e políticos. O comércio bilateral expandiu-se significativamente, com a China se tornando um importante parceiro comercial a partir dos anos 2000 e uma fonte relevante de investimentos no setor energético, a partir de 2013. No entanto, a dependência brasileira de exportações de *commodities* para a China aponta necessidade de estratégias de diversificação e modernização industrial.

Os investimentos chineses no setor energético brasileiro, especialmente no desenvolvimento de projetos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade, bem como na exploração de petróleo, refletem a busca da China pela internacionalização de suas empresas e também por segurança energética para sustentar seu crescimento contínuo. Apesar dos benefícios econômicos resultantes dessas parcerias, persiste a necessidade de um planejamento estratégico que

priorize o desenvolvimento sustentável e a mitigação de impactos ambientais e sociais.

Em suma, as relações sino-brasileiras exemplificam um modelo de cooperação que, embora vantajoso em muitos aspectos, requer ajustes e uma visão de longo prazo para equilibrar os interesses de ambos os Estados e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

No próximo capítulo, apresenta-se uma análise comparativa entre os pressupostos teóricos e a realidade das relações chinesas, especialmente com o Brasil, conforme detalhado neste capítulo. Esse exame comparativo visa aprofundar a compreensão das relações sino-brasileiras.

4 ANÁLISE DA INTERDEPENDÊNCIA DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

O presente capítulo visa realizar uma análise da interdependência das relações sino-brasileiras, identificando elementos que comprovem a aderência entre a teoria empregada e o objeto de estudo. Dessa forma, busca-se uma compreensão sobre a dinâmica das relações entre esses países.

4.1 OS TRÊS PRINCÍPIOS DA INTERDEPENDÊNCIA NAS RELAÇÕES CHINESAS

É importante notar que o advento da teoria da interdependência, na década de 1970 (Keohane; Nye, 2012), ocorreu concomitantemente às transformações que a China estava experimentando, com o governo de Deng Xiaoping, iniciado em 1976 (Gonçalves; Pinto, 2019). Essas transformações chinesas estavam em consonância com os princípios da teoria, apresentados por Keohane e Nye (2012): múltiplos canais de comunicação (diversos atores), diversificação dos temas em sua agenda e redução do uso da força.

Na adoção de múltiplos canais de comunicação, a integração da China com a comunidade internacional é evidenciada por sua política de abertura comercial. Exemplos de atores envolvidos nessas relações comerciais incluem, além dos Estados, bancos, empresas e organizações internacionais como a OMC. Nesse contexto, os dados apresentados por Cariello (2023) destacam que a China tem se dedicado à internacionalização de suas empresas, por iniciativas *greenfield*, fusões e aquisições.

No que diz respeito à diversificação de temas na agenda internacional, é relevante destacar o apelo à cooperação feito pela China em diversos fóruns internacionais. De acordo com Duarte (2010), o Presidente chinês enfatiza, nesses fóruns, os pilares fundamentais da BRI, que incluem o desenvolvimento compartilhado, a não-confrontação, o respeito mútuo e o diálogo aberto. Xi Jinping também sublinha a importância de respeitar as escolhas políticas de outros países, apoiar os interesses estratégicos de cada Estado, garantir a soberania absoluta e renunciar a qualquer forma de hegemonia.

Quanto ao último princípio teórico, que trata da mitigação do uso da força, o aspecto econômico é fundamental. Uma das relações econômicas entre a China e seus parceiros é caracterizada pela importação chinesa de produtos primários e exportação de bens chineses manufaturados. Esse padrão comercial promove o desenvolvimento industrial e tecnológico da China, ao mesmo tempo, em que pode levar à reprimarização¹⁰ das economias dos países exportadores de *commodities*. Assim, a China consegue manter sua influência e poder sem recorrer ao uso da força.

4.2 A INTERDEPENDÊNCIA NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

A interdependência oferece vantagens, como observado nas relações entre China e Brasil, mas também acarreta custos e riscos se houver ruptura. Ademais, manter essa interdependência pode ser oneroso, afetando as decisões estratégicas que um país precisa adotar para sustentar a relação, conforme previsto na interdependência assimétrica, apresentada no capítulo dois.

No que diz respeito às relações comerciais, nota-se uma assimetria entre China e Brasil, evidenciada nas diferentes categorias de produtos exportados. De acordo com análise do gráfico 2 (Anexo B), em 2022, 77,5% dos itens brasileiros enviados à China pertenciam aos setores agropecuário e de indústria extrativa. Em contrapartida, conforme análise do gráfico 3 (Anexo B), 98,8% dos itens importados pelo Brasil da China eram bens intermediários, de capital e de consumo¹¹. Esse cenário evidencia a influência chinesa, caracterizando uma interdependência assimétrica, com o Brasil exportando produtos de baixo valor agregado, enquanto a China exporta produtos tecnologicamente superiores.

Adicionalmente, a predominância das exportações brasileiras em produtos primários, sobretudo *commodities*, pode tornar a economia nacional mais suscetível às variações de preços e demanda desses itens, acentuando a dependência econômica do país em relação a essas mercadorias, contribuindo para a vulnerabilidade econômica do país.

¹⁰ Reprimarização é o fenômeno pelo qual um país passa a exportar uma maior proporção de produtos primários, em comparação com produtos manufaturados e semimanufaturados, após já ter alcançado situação inversa em anos anteriores (Lamoso, 2020).

¹¹ Os percentuais foram calculados pelo autor a partir dos dados apresentados nos gráficos 2 e 3, anexos A e B, respectivamente.

Apesar do superávit comercial do Brasil e do crescimento da importância do comércio brasileiro nos últimos anos, observa-se um retrocesso na especialização produtiva nas trocas comerciais com a China. O Brasil exporta majoritariamente produtos primários, enquanto importa principalmente bens manufaturados, conforme apresentado no capítulo três. Essa dinâmica comercial evidencia um desequilíbrio, com um superávit em *commodities* contrastando com um déficit na indústria de transformação, comprometendo a competitividade da indústria brasileira.

A exportação de *commodities* não significa desfavorecimento ao Brasil, no entanto, a configuração dessa relação com a China resulta em uma assimetria significativa. Isso coloca a economia brasileira em uma posição de vulnerabilidade, devido à dependência de produtos industrializados importados e à suscetibilidade às flutuações na demanda chinesa.

Observa-se que, desde os anos 2000, o estreitamento das relações entre Brasil e China aumentou significativamente a dependência do comércio exterior brasileiro em relação ao mercado chinês. Pequim, com sua alta demanda para atender o mercado consumidor interno, tem no Brasil um parceiro importante para o fornecimento de *commodities*.

Para analisar a interdependência nas relações entre Brasil e China e suas assimetrias, considera-se o perfil de produção brasileiro voltado para produtos primários. Esse perfil caracteriza as relações assimétricas na parceria sino-brasileiras, com as interações comerciais marcando esse modelo produtivo e a dependência comercial do Brasil.

Adicionalmente, a relação assimétrica, principalmente para os países que se concentram na exportação de produtos primários, decorre em uma perda gradual de competitividade. Nos últimos anos, as dinâmicas comerciais têm se transformado, destacando a importância da inovação tecnológica para alcançar maior relevância no cenário global.

Considerando a dimensão da vulnerabilidade, percebe-se que os custos de alterar essa relação são mais elevados para o Brasil, que tem na China seu principal parceiro econômico e não conseguiria substituí-lo a curto prazo. Embora a chance de ruptura dessa parceria seja baixíssima, na dimensão da sensibilidade, nota-se que, mesmo com alternativas para suprir seu mercado interno com produtos primários, a China não conseguiria atender a essa demanda de forma expedita.

Assim, a expansão dessa relação por meio de uma maior abertura comercial é importante para o relacionamento recíproco entre os países, pois apesar da complementaridade dessas trocas comerciais, a assimetria permanece. As exportações brasileiras são, em sua maioria, de produtos primários com baixo valor agregado. Para equilibrar o poder entre os dois países, é essencial que o Brasil invista em ciência, tecnologia e melhorias na infraestrutura.

Concomitantemente ao crescimento acelerado do comércio chinês e a expansão global de suas empresas, o Brasil passou a ser considerado não apenas uma fonte de matérias-primas, mas também um destino atraente para investimentos diretos da China. A partir de 2010, houve um aumento significativo no número de projetos chineses no Brasil, com interesse crescente em diversos setores, especialmente o energético.

Em relação a esses investimentos, o setor de energia (geração, transmissão e distribuição de eletricidade) e extração de petróleo representam 75,9% dos aportes chineses entre 2007 e 2022, de acordo com Cariello (2023). Os dados, apresentados pelo autor, demonstram que o aporte ocorre por meio de empresas chinesas que entram no Brasil por iniciativas *greenfields*, fusões e aquisições e *joint ventures*, com as duas últimas somando 73% do total investido. Esse tipo de entrada resulta em uma concentração de empresas chinesas no setor, aumentando a interdependência assimétrica.

A assimetria dos investimentos chineses no Brasil é evidenciada pelos impactos sociais resultantes. A concentração de poder econômico em mãos estrangeiras, frequentemente desvinculada do desenvolvimento local, acentua desequilíbrios socioeconômicos e amplia as disparidades regionais brasileiras. Dessa forma, a dinâmica dos investimentos chineses pode agravar problemas sociais e econômicos preexistentes no país.

A expansão da presença de empresas estrangeiras, especialmente da China, que visa se consolidar como potência global, traz questões sobre a habilidade do Brasil em proteger seus interesses nacionais e manter sua autonomia econômica e política. A dependência acentuada de investimentos externos, em especial a concentração de capital chinês, contribui para a vulnerabilidade do país, especialmente em setores estratégicos como o energético. Isso pode comprometer a capacidade do Brasil de tomar decisões soberanas em consonância com seus interesses de longo prazo.

Por conseguinte, a concentração de fusões e aquisições realizadas por investidores chineses no Brasil não deve ser considerada somente como uma chance econômica. Trata-se de um desafio que demanda uma avaliação criteriosa. É importante que o Brasil adote políticas públicas sólidas, que incentivem o desenvolvimento sustentável, preservem o meio ambiente e os direitos das comunidades locais. Além disso, é fundamental assegurar a soberania nacional em meio às dinâmicas globais de investimento, buscando minimizar ao máximo a assimetria nas relações.

Destaca-se a preocupação com a possível exploração descontrolada dos recursos naturais brasileiros, direcionada para suprir as necessidades da crescente economia chinesa. Tal cenário pode aumentar a pressão sobre os ecossistemas e áreas de proteção ambiental, agravando a degradação ambiental no país. Adicionalmente, a ausência de regulamentação apropriada e fiscalização eficiente pode favorecer práticas danosas por empresas chinesas, colocando em risco a sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais do país.

Em suma, a parceria sino-brasileira, refletida no desenvolvimento e no aumento da presença chinesa no Brasil, expõe uma interdependência assimétrica. Esta assimetria é consequência do sucesso das estratégias globais de Pequim e da ausência de planejamento e de práticas institucionais coordenadas por Brasília. As políticas brasileiras frequentemente são marcadas pela falta de clareza e definição, situação semelhante à observada em outros países da América Latina, conforme constatado por Rodrigues (2021).

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente capítulo apresentou uma análise sobre a aplicação da teoria da interdependência nas relações entre Brasil e China. Observou-se que a interdependência assimétrica caracteriza essa relação, refletindo o sucesso das estratégias globais da China. A análise mostrou que a China utiliza múltiplos canais de comunicação, diversificação de temas em sua agenda e redução do uso da força para consolidar suas relações internacionais. Em contraste o Brasil revela vulnerabilidades devido à sua dependência de exportações de baixo valor agregado e à falta de clareza em suas políticas estratégicas.

A predominância de exportações brasileiras de produtos primários, especialmente *commodities*, aumenta a suscetibilidade da economia nacional às flutuações do mercado global e da demanda chinesa. Esta dependência acentua a vulnerabilidade econômica do país, destacando a necessidade de diversificação na produção nacional, com a necessidade do aumento do investimento em setores de produção de itens com maior valor agregado. Adicionalmente, a assimetria nas relações comerciais, evidenciada pela importação de bens manufaturados da China, compromete a competitividade da indústria brasileira e amplia o déficit na indústria de transformação.

No âmbito dos investimentos, a concentração de capital chinês no setor energético brasileiro ilustra a interdependência assimétrica e suscita preocupações sobre a capacidade do Brasil em manter sua autonomia econômica e política. A ausência de regulamentação apropriada e de fiscalização eficaz pode contribuir para práticas prejudiciais ao meio ambiente e aos direitos das comunidades locais, comprometendo a sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais do país.

Por fim, ao concluir a confrontação entre a teoria adotada e o objeto de estudo, passa-se à apresentação do último capítulo, onde é exposta a conclusão deste trabalho.

5 CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a analisar a influência chinesa no Brasil no século 21 à luz da teoria da interdependência complexa, focando nas interações comerciais e nos investimentos no setor energético entre os dois países. Por meio de uma abordagem documental e bibliográfica, o trabalho visou compreender a dinâmica dessas relações e verificar a aderência da teoria escolhida às interações vivenciadas entre Brasil e China.

Inicialmente, foram apresentadas as origens e os fundamentos da teoria da interdependência complexa, estabelecendo-se comparações com a teoria realista. Com isso, pode-se verificar com brevidade as aplicações de ambas teorias em contextos específicos. Destacaram-se as características da interdependência complexa, como a multiplicidade de canais de comunicação, a ausência de hierarquia de questões e a mitigação do uso da força. Tais características apresentaram-se como elementos centrais para a compreensão da dinâmica das relações internacionais contemporâneas. Além disso, discorreu-se sobre as dimensões de poder, vulnerabilidade e sensibilidade, que constituem fontes de poder não-militar capazes de gerar assimetrias entre os diversos atores no cenário internacional.

Posteriormente, observou-se a consolidação da superioridade chinesa nas suas relações bilaterais. No caso sino-brasileiro, a disparidade no perfil das pautas comerciais é evidente, com o Brasil exportando predominantemente itens de baixo valor agregado, como as *commodities*, enquanto importa bens industrializados de maior valor agregado. Esse padrão de comércio ressalta a desvantagem qualitativa, para o Brasil, apesar de um saldo comercial favorável. Além das trocas comerciais, os investimentos chineses no setor energético evidenciam a crescente presença de empresas chinesas no território brasileiro. Isso acentua ainda mais a influência chinesa e sublinha a necessidade de uma diversificação econômica e fortalecimento industrial e tecnológico do Brasil.

Na sequência, realizou-se uma análise comparativa entre a teoria da interdependência complexa e as relações entre Brasil e China. Pode-se identificar elementos que comprovaram a aderência entre a teoria e a realidade observada, evidenciando a interdependência assimétrica. Esta é caracterizada pela dependência brasileira de exportações de *commodities* e pela predominância de

investimentos chineses em setores estratégicos no Brasil. A assimetria se revelou pela vulnerabilidade brasileira, que se manifestou na dificuldade de diversificação econômica e na dependência de investimentos externos. Observou-se, ainda, que tal vulnerabilidade se deve à capacidade limitada do Brasil de responder a mudanças nas políticas comerciais e de investimento da China.

Sendo assim, ao responder a questão central da pesquisa, conclui-se que, dada a assimetria na relação de interdependência entre China e Brasil, a dimensão predominante é a de vulnerabilidade para o Brasil. A China, como potência econômica emergente, exerce uma influência sobre a economia brasileira, especialmente nas áreas de comércio e energia. Essa interdependência, embora mutuamente benéfica em alguns aspectos, expõe vulnerabilidades do lado brasileiro, devido à forte dependência de exportações de baixo valor agregado e investimentos estrangeiros em setores estratégicos, no país, especialmente o energético.

Para futuros horizontes de pesquisa, sugere-se uma análise aprofundada sobre as implicações sociais e ambientais dos investimentos chineses no Brasil, bem como estudos comparativos com outros países da América Latina que também possuem relações estreitas com a China. Além disso, seria interessante explorar as possibilidades de diversificação das exportações brasileiras para reduzir a dependência de *commodities* e aumentar o valor agregado dos produtos exportados.

Por fim, as implicações dos resultados desta pesquisa são relevantes para a sociedade brasileira, especialmente para a Marinha do Brasil. A expansão da presença chinesa no Brasil, especialmente na Amazônia Azul, por meio principalmente de empresas chinesas ligadas a exploração do petróleo no pré-sal, requer atenção especial no que diz respeito à soberania nacional e à proteção dos recursos naturais. Para a Marinha do Brasil, compreender essa dinâmica é fundamental, uma vez que sua Política Naval prioriza o Atlântico Sul, uma área de interesse estratégico conforme estabelecido pela Política Nacional de Defesa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Patrícia V. A interdependência complexa e os direitos humanos. *In*: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI, Arno Jr. (org.). **Relações Internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Unijuí, 2003.

BAPTISTA, Thiago J. As relações comerciais entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China durante o período compreendido entre os anos 2000 e 2022. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, [Brasil], ano 12, n. 26, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.24983>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BARRETO, Pedro H. História – Bretton Woods. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 6, ed. 50, mai. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 03 jul. 2024.

CADEMARTORI, Luiz H. U.; SANTOS, Priscilla C. A interdependência complexa e a questão dos direitos humanos no contexto das relações internacionais. **Revista Brasileira de Direito**. [Passo Fundo], v. 12, n. 2, 2016. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584>. Acesso em: 21 mar. 2024.

CARIELLO, Tulio. Investimentos chineses no Brasil: tecnologia e transição energética 2022. **Conselho Empresarial Brasil-China**, [Brasil], ago. 2023. Disponível em: https://www.cebc.org.br/download/12393/?__cf_chl_tk=X.T4boArfPuQoXou6KFsuy3UKmmJmyeTbVgl.KARyrg-1720904227-0.0.1.1-6506. Acesso em: 13 jul. 2024.

CUOFANO, Gennaro. O que é um investimento greenfield? **Four Week MBA**, [s. l.], abr. 2024. Disponível em: <https://fourweekmba.com/pt/investimento-greenfield/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

DAMAS, Roberto D. **China x EUA: como a economia global e a geopolítica se comportarão no pós-pandemia**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2020.

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais**. Brasília: UnB, 1982.

DUARTE, Paulo. As incursões da China na América Latina e Atlântico Sul. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 5, n.1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/5944/4004>. Acesso: em 07 jul. 2024.

ESTRE, Felipe B. **Poder, interdependência e desigualdade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19569/19569_1.PDF. Acesso em: 19 jun. 2024.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

KATZ, Claudio. A presença da China na América Latina. **A Terra é Redonda**, [Buenos Aires], 12 abr. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-presenca-da-china-na-america-latina/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, [São Paulo], v. 2, n. 1, jan. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/50>. Acesso em: 06 jul. 2024

HOBSBAWM, Eric. **O novo século: entrevista a Antonio Polito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KEOHANE Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 4. ed. Glenview, IL: Pearson Education, 2012.

LAMOSO, Lisandra P. Reprimarização no território brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, [Dourados], ano 9, n. 19, 02 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.15957>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Brasil-made-in-China_final.pdf. Acesso em: 09 jul.2024.

MORGENTHAU, Hans J. **Política entre las Naciones: La Lucha por el Poder y la Paz**. Tradução de Hber W. Oliveira. 6.ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009.

PICCH, Livia; SPELLMANN, Samuel. A pauta energética nas relações Brasil-China: cooperação Sul-Sul e os atos de cooperação bilaterais. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.9, n.6, jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv9n6-080>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GONÇALVES, Fernanda C. N. I.; PINTO Isabelle C. C. Relações bilaterais Brasil-China: uma análise dos desafios e das potencialidades da parceria estratégica. **Boletim Historiar**, [Sergipe], v. 6, n.03, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/12647/9497>. Acesso em: 21 jul. 2024.

RICOBOM, Gisele. Aspectos da teoria da interdependência no contexto das relações internacionais contemporâneas. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; RI JÚNIOR, Arno Dal (org.). **Relações Internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Unijuí, 2003.

RODRIGUES, Bernardo S. A geoeconomia híbrida da China na América do Sul: o uso de instrumentos econômicos duais para fins geopolíticos. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, ed. 1085, 2021. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1085/823>. Acesso em: 18 mar. 2024

RODRIGUES, Helena L. M. **Investimentos da China no setor energético do Brasil (2008- 2022):** dinamismo e desafios. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais e Integração) - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

SANTOS JUNIOR, Raimundo B. dos. Diversificação das relações internacionais e a teoria da interdependência. *In*: BEDIN, Gilmar Antonio et al. **Paradigma das relações internacionais**: idealismo-realismo-dependência-interdependência. Ijuí: Unijuí, 2000.

SANTOS, Mario A. A expansão geopolítica chinesa no Atlântico Sul e suas implicações para o Brasil. **Revista de Geopolítica**, [Natal], v. 14, n. 4, out./dez. 2023. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/484/359>. Acesso em: 06 jul. 2024

SENA JÚNIOR, Roberto Di. Poder e interdependência: perspectivas de análise das relações internacionais na ótica de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye. *In*: OLIVEIRA, Odete Maria de; RI JÚNIOR, Arno Dal (org.). **Relações Internacionais**: interdependência e sociedade global. Ijuí: Unijuí, 2003.

Vadell, Javier (org.). **A Expansão Econômica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

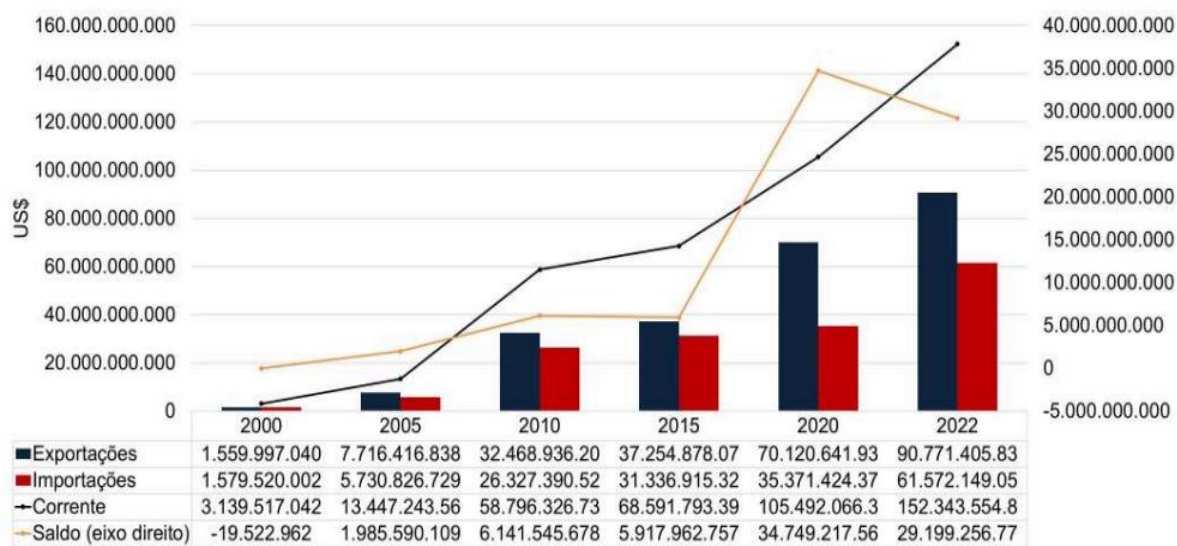
World Economic Forum. **China's Belt and Road Initiative turns 10. Here's what to know**. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2023/11/china-belt-road-initiative-trade-bri-silk-road/>. Acesso em 05 ago. 2024.

ABRANTES, Dayse; WERTHEIM, Peter H. Testes de longa duração de Libra vence o Prêmio da Offshore Technology Conference Distinguished Achievement para companhias. **Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás**, Rio de Janeiro, 17 out. 2019. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/noticias/tld-de-libra-vence-o-premio-da-otc-distinguished-achievement-para-companhias/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

EQUIPE EMPIRICUS. **Joint Venture: saiba o que é e como funciona esse tipo de estratégia empresarial**. [São Paulo], 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.empiricus.com.br/explica/joint-venture/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ANEXO A

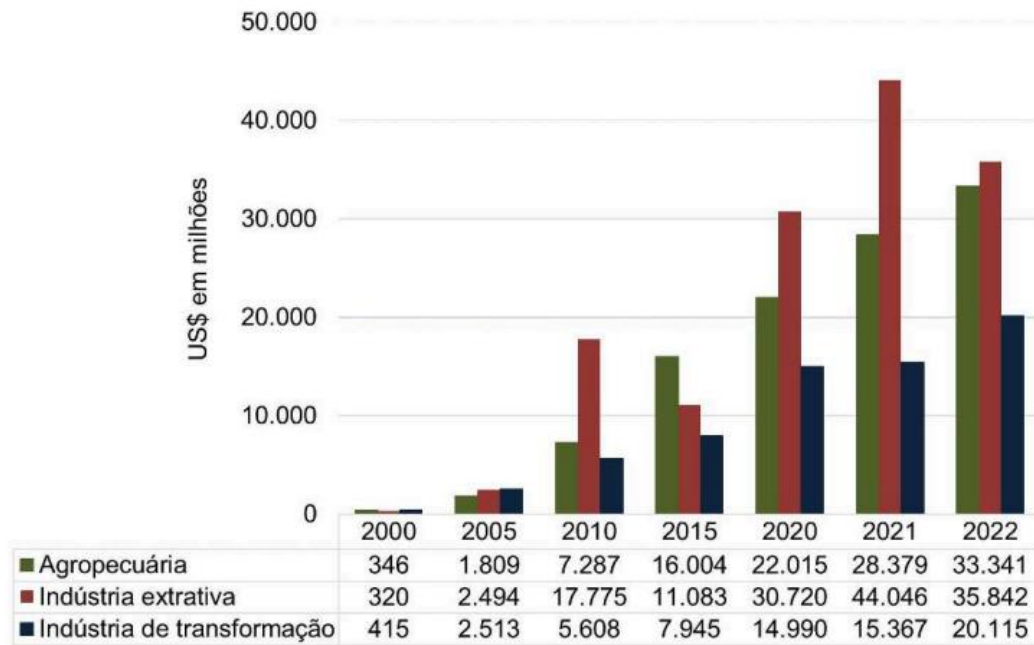
Gráfico 1 – Relações comerciais entre Brasil e China: 2000 e 2022



Fonte: MDIC, 2023

ANEXO B

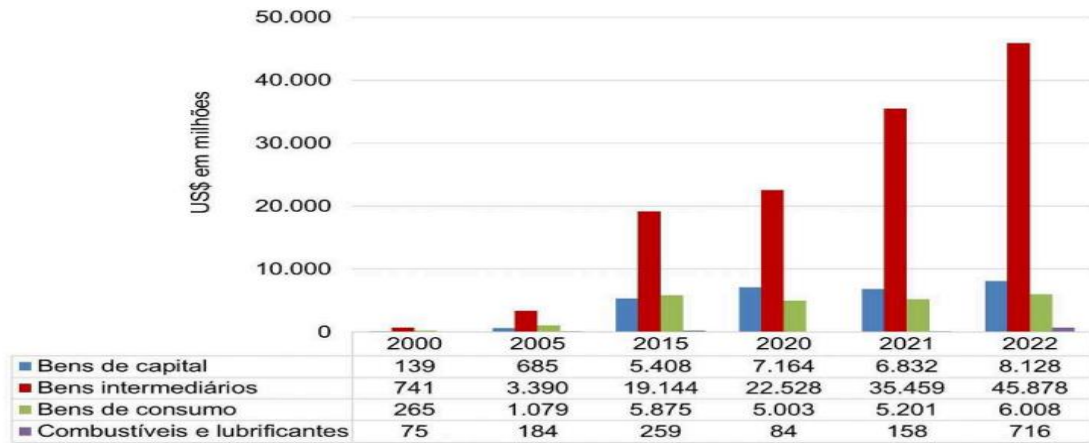
Gráfico 2 – Exportações brasileiras para a China por setores econômicos: 2000 e 2022



Fonte: MDIC, 2023

ANEXO C

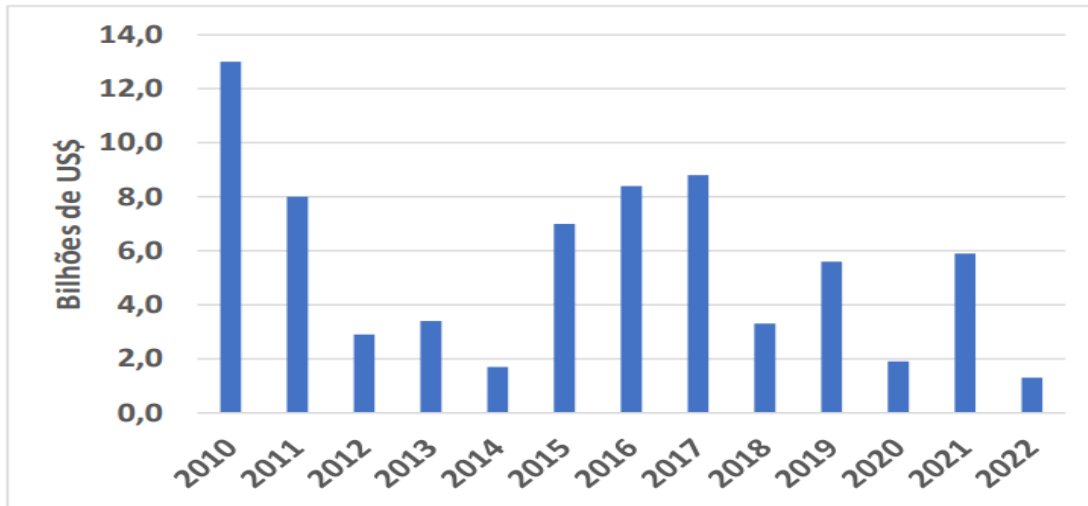
Gráfico 3 – Importações brasileiras para a China por setores econômicos: 2000 e 2022



Fonte: MDIC, 2023

ANEXO D

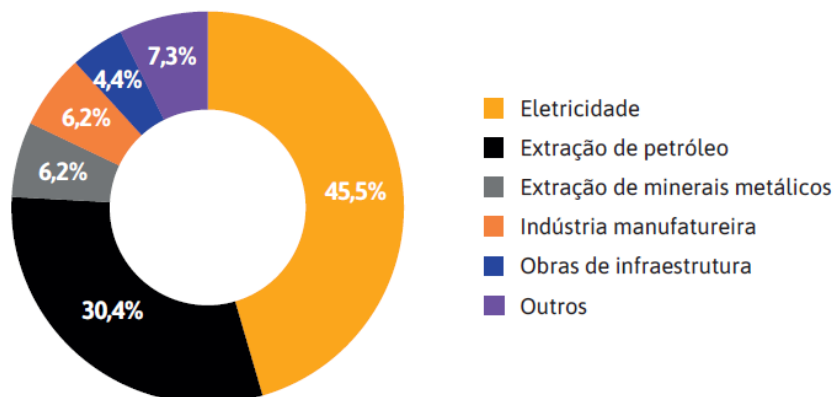
Gráfico 4 – Investimentos externos diretos da China no Brasil



Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2023). Elaboração: Rodrigues, 2024

ANEXO E

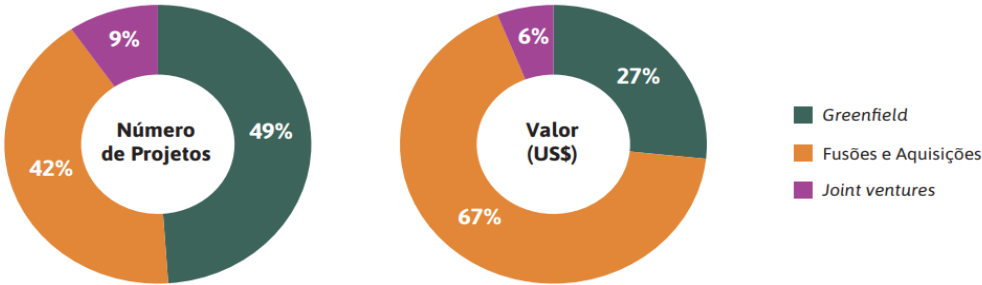
Gráfico 5 – Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil, 2007-2022



Fonte: CBEC, 2023.

ANEXO F

Gráfico 6 – Forma de ingresso dos investimentos chineses no Brasil, 2007-2022



Fonte: CBEC, 2023.

ANEXO G

Tabela 1: Acordos de Cooperação Brasil – China em Energia

Acordo	Objetivos	Ações	Princípios da Nova Diplomacia	Ator Responsável / Assinatura	Ano
Memorando de Entendimento sobre a criação da Subcomissão de energia e recursos minerais da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Coordenação e cooperação	Promover o reforço da cooperação nas áreas de petróleo, gás, energias renováveis, geologia e mineração	Encorajar cooperação de alto nível nas áreas de petróleo, gás, energias renováveis e biocombustíveis, eletricidade	Benefícios recíprocos de longo prazo, cooperação bilateral sustentável	MME (Brasil) e Ministério da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (China)	2006
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a cooperação em energia e mineração	Fortalecer a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, eletricidade e mineração e processamento de minerais	Intercâmbios de informação, sessões conjuntas, formação de parcerias industriais e acadêmicas	Benefício Mútuo, cooperação de longo prazo, crescimento mútuo	MME (Brasil) e Ministério da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (China)	2009
Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	Assinalar áreas prioritárias de projetos de cooperação na área de energia, com vistas ao desenvolvimento sustentável em três pilares: social, econômico, social e ambiental	Implantação de um Plano Decenal 2012-2021	Interesse de longo prazo na promoção do desenvolvimento sustentável e paz mundial	Presidenta da República do Brasil e Primeiro Ministro da República Popular da China	2012
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021	Atualização do Plano de ação contínua que define orientações estratégicas e abrange operações bilateralmente para o período de cooperação Brasil-China	Trabalhar na implementação do Desenvolvimento Sustentável em três dimensões: social, econômico, social e ambiental	Cooperação amigável e mutuamente benéfica, cooperação bilateral sustentável, igualdade e confiança mútua	Presidenta da República do Brasil e Presidente da China	2015

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Elaboração: Picchi; Spellmann, 2023